

**ATA DA 664ª SESSÃO PLENÁRIA
ORDINÁRIA DO CONSELHO FEDERAL DE
ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 29 E 30
DE MAIO DE 2015, EM BRASÍLIA-DF.**

PARTICIPANTES: Economistas Paulo Dantas da Costa, Presidente, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Vice-Presidente, e os Conselheiros Federais: Antonio Melki Júnior, Celina Martins Ramalho, Eduardo José Monteiro da Costa, Erivaldo Lopes do Vale, Fábio José Ferreira da Silva, Maria de Fátima Miranda, Jin Whan Oh, João Manoel Gonçalves Barbosa, Fernando da Silva Ramos Filho, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Nelson Pamplona da Rosa, Odisnei Antônio Béga, Paulo Hermance Paiva, Paulo Salvatore Ponzini, Róridan Penido Duarte e Mônica Beraldo Fabrício da Silva. Participaram, ainda, o Superintendente José Carlos de Godoy Júnior, a Coordenadora de Apoio ao Sistema Aline Tales Ferreira, o Procurador Chefe Marcus Vilmon Teixeira dos Santos, as Advogadas Marília Andrade Rosa Abrantes e Susana Souza Oliveira, a Assessora de Imprensa Natália Lepsch Kenupp de Souza, a Assessora Jane Lopes da Silva, e os Assistentes Administrativos Daniel Nunes de Oliveira e Ana Claudia Ramos Pinto. **1. DEBATE:**

1.1. Tema: Relacionamento dos Economistas e do Conselho Federal de Economia com a mídia. Debatedora convidada: Jornalista Regina Alvarez - Coordenadora de Jornalismo do Jornal O Globo - Sucursal Brasília, apresentada pelo Presidente do Corecon-DF, Econ. Carlos Eduardo de Freitas.

2. ABERTURA DA 664ª SESSÃO PLENÁRIA: Às nove horas do dia vinte e nove de maio de 2015, em Brasília-DF, o Presidente do Cofecon, Economista Paulo Dantas da Costa iniciou os trabalhos da Sexcentésima Sexagésima Quarta Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia. **2.1. Apresentação de justificativas de ausências e votação:** Conselheiro Francisco Assunção e Silva, viagem ao exterior, substituído pela Conselheira Maria de Fátima Miranda; Conselheiro José Luiz Amaral Machado, problemas de saúde, substituído pelo Conselheiro Fernando da Silva Ramos Filho; e Conselheiro Sebastião Demuner, problemas de saúde, substituído pela Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva. Em votação, as ausências e substituições foram aprovadas. **3. EXPEDIENTE:** **3.1. Ata da Sessão Plenária anterior:** leitura, emendas e aprovação da ata da 663ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 27 e 28 de março de 2015, em Brasília-DF. Após os ajustes sugeridos, a ata foi aprovada. Deixaram de votar os Conselheiros Antonio Melki Júnior, Fernando da Silva Ramos Filho, Paulo Hermance Paiva, Maria de Fátima Miranda e Mônica Beraldo Fabrício da Silva, pois não estavam presentes na Plenária anterior. O Conselheiro Júlio Flávio Gameiro Miragaya informou que, por motivos profissionais, o Conselheiro Francisco Assunção e Silva pediu seu desligamento da Coordenação da Comissão de Política Econômica, sendo substituído pelo Conselheiro Fábio José Ferreira da Silva, conforme aprovação da Presidência. **3.2. Informes da Presidência: Apoio Institucional - Participação em Eventos:** **3.2.1. Informes sobre o PLS 658/2007.** O PLS, após o desarquivamento, foi para a Comissão de Assuntos Sociais, cujo Presidente é o Senador Edison Lobão. Com o auxílio do Presidente do Corecon-MA, conseguiu-se audiência com o Senador, na qual estavam presentes o Presidente Paulo Dantas da Costa e o Vice-Presidente Júlio Flávio Gameiro Miragaya. O Senador Romero Jucá faz parte da referida Comissão; assim sendo, houve iniciativa do Cofecon, com auxílio do Corecon-RR, de solicitar que assumisse a relatoria do PLS. O Senador Romero Jucá convocou reunião com os presidentes dos Conselhos Federais de Economia, Administração e Contabilidade, cuja pauta foi a regulamentação das profissões. O Presidente Paulo Dantas da Costa e o Conselheiro Róridan Penido Duarte representaram o Cofecon. O Senador escutou todas as partes interessadas e solicitou dos outros presidentes que apresentassem proposta de lei, pois ele daria andamento para aprovação das mesmas com a maior brevidade possível, dando prazo de 60 dias, com mais 30 dias para conclusão

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

51 do assunto. O Conselheiro Róridan Penido Duarte considerou que haverá um trabalho árduo quando
52 os outros dois conselhos entregarem seus projetos, pois haverá, com certeza, zonas conflituosas. A
53 Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva parabenizou a iniciativa do Presidente em dialogar
54 com os outros conselhos, porém alertou da dificuldade encontrada pelo Corecon-DF quando se trata
55 da área de auditoria. **3.2.2. XIII Encontro Internacional de Economistas:** Informou da realização do
56 XIII Encontro Internacional de Economistas cujo tema será Integração, Globalização e Problemas
57 do Desenvolvimento, que acontecerá no período de 23 a 25.11.2015, no Panamá. Foi enviado ofício
58 circular com as informações do evento (<http://www.encuentrointernacionaldeeconomistas.com/>).
59 **3.2.3. Apoio Institucional - Participação em Eventos: Presidente Paulo Dantas da Costa:** -
60 Proferiu palestra sobre a profissão “Economista”, em evento promovido pela Universidade Federal
61 de Sergipe (8.4.2015 - São Cristóvão-SE). - Participou do “Simpósio sobre Desenvolvimentos
62 Recentes da Teoria Macroeconômica” promovido pelo Corecon-DF (8 e 9.4.2015 - Auditório da
63 Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia - FACE UnB - Brasília-DF). - 41ª Reunião
64 Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - Conselho (28.5.2015
65 - Cofeci - Brasília-DF). - Despachos Executivos da Região Norte e IX ENAM - Encontro das
66 Entidades de Economistas da Amazônia Legal (14 e 15.5.2015 - Boa Vista-RR). No evento também
67 estava presente o Vice-Presidente Júlio Flávio Gameiro Miragaya que proferiu a palestra de
68 abertura do IX ENAM, cujo tema foi “O Ápice da Expansão da Pecuária Bovina na Amazônia
69 (1910-2010) - Pressões sobre o ambiente, o papel das políticas públicas na contenção do
70 desmatamento e os impactos na economia regional”. **Vice-Presidente Júlio Flávio Gameiro**
71 **Miragaya:** - III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, promovido pelo
72 Sebrae e FNP (7 a 9.4.2015 - Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Brasília-DF). - Seminário
73 Política Monetária e Ajuste Fiscal - Há estratégias para o desenvolvimento?, promovido pela
74 Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini - FLB-AP (16.4.2015 - Sede Nacional do PDT -
75 Brasília-DF). - Sessão Solene em homenagem aos 65 anos da Anfip - Associação Nacional dos
76 Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (5.5.2015 - Câmara dos Deputados - Brasília-DF). -
77 Simpósio sobre o Trabalho Temporário no Brasil e no Mundo, promovido pelo Tribunal Superior
78 do Trabalho - TST (18.5.2015 - Auditório Ministro Mozart Victor Russomano - Brasília-DF).
79 **Conselheiros Federais - Representação Institucional:** - Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da
80 Silva: Divulgação do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal - Idecon/DF referente
81 ao 4º trimestre de 2014, bem como os resultados da inflação de março de 2015, IPCA/DF e do
82 Brasil, além do Índice de Preços da Ceasa-DF (Codeplan - 9.4.2015 - Brasília-DF); Seminário A
83 Perícia Oficial na Garantia dos Direitos Humanos, promovido pela Associação Nacional dos Peritos
84 Criminais Federais e pela Associação Brasileira de Criminalística (12.5.2015 - Câmara dos
85 Deputados - Brasília-DF); Solenidade de posse da nova gestão para o triênio 2015/2018 (Conselho
86 Federal de Nutricionistas - 18.5.2015 - Brasília-DF); Jantar de confraternização e lançamento da 3ª
87 edição da Agenda Política e Legislativa (Fenacon - 27.5.2015 - Brasília-DF). - Conselheira Maria
88 de Fátima Miranda: solenidade de lançamento do 25º Prêmio Paraná de Economia e do 7º Prêmio
89 Economista Paranaense do Ano (Corecon-PR - 24.4.2015 - Foz do Iguaçu-PR). - Conselheiros
90 Federais Sebastião Demuner, Odisnei Antonio Béga e Luiz Alberto de Souza Aranha Machado (que
91 participou como relator do painel: “Desenvolvimento Nacional e Reforma Urbana”): VIII Enese -
92 Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Economistas, cujo tema foi “Novo Pacto Federativo
93 para o Brasil” (Fenecon e Sindecon-PA - 20 a 22.5.2015 - Belém-PA). - Conselheiro Nelson
94 Pamplona da Rosa: solenidade de abertura do XVIII ECCE - Encontro dos Cursos de Ciências
95 Econômicas do Estado de Santa Catarina, onde o Conselheiro Regional José Luiz Pagnussat (DF)
96 proferiu a palestra Formação Profissional do Economista e o Mercado de Trabalho (Corecon-SC -
97 21.5.2015 - Joinville-SC). - O Conselheiro Federal Jin Whan Oh: Encontro sobre Governança
98 Pública promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci-SP) no
99 dia 1º de junho de 2015. O evento ocorreu na sede da instituição, no qual o ministro João Augusto
100 Nardes, ex-presidente do Tribunal de contas da União, ministrou a palestra “Governança Pública: O

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

101 desafio do Brasil” e proporcionou a noite de autógrafos do livro que escreveu sobre o mesmo tema.
102 Na ocasião, o ministro apresentou os resultados de um estudo elaborado pelo TCU para avaliar o
103 padrão de governança de vários setores, tais como educação, transportes e segurança, discutindo as
104 principais deficiências e as possibilidades para solucioná-los. E divulgou estudo inédito sobre o
105 Indicador Geral de Governança (IGG) do País, cujo objetivo foi o de mapear a eficiência do setor
106 público brasileiro. “Para melhorarmos a governança, precisamos de importantes aliados, como os
107 conselhos de fiscalização de atividades profissionais. Assim, trabalharemos em conjunto pelo
108 crescimento da nação brasileira”, defendeu o ministro. Para o Conselheiro Jin Whan Oh, o tema é
109 de fundamental importância e concorda com o ministro que, para reverter o clima de desencanto e
110 perda de credibilidade do setor público por que estamos passando, além de um pacto político, é
111 preciso evoluir na governança pública, investindo em metodologias e instrumentos que promovam a
112 transparência e eficiência de gestão das instituições públicas. Ponderou que o ministro Nardes, com
113 toda a sua experiência, aprofundou-se no tema e trouxe aos presentes a importante reflexão e
114 discussão acerca de um projeto de nação: para avançarmos num mundo cada vez mais competitivo,
115 “qual é o Brasil que queremos?”. - **Colaboradores e Funcionários do Cofecon - Representação**
116 **Institucional**: - Economista Roberto Bocaccio Piscitelli: 91ª Sessão e Sessões de Julgamento do
117 Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf - 23.4.2015 - Brasília-DF). - Presidente
118 Fernando Ferrari Filho, Conselheiro Alfredo Meneghetti Neto, Fiscais Antonio Hickman e Inata S.
119 Betat, e Gerente Executiva Helena Edi Cruz (Corecon-RS): V Seminário de Fiscalização
120 Profissional e I Encontro Nacional dos Agentes Fiscais (Conselhão - 24.4.2015 - Porto Alegre-RS).
121 - Superintendente José Carlos de Godoy Júnior: apresentação do Plano de Controle Externo para o
122 período de abril de 2015 a março de 2017 (TCU - 19.5.2015 - Brasília-DF). **3.3. Informes dos**
123 **Coordenadores de Comissão Temática e Conselheiros Federais**: - O Conselheiro Erivaldo Lopes
124 do Vale manifestou sua insatisfação na participação do Economista João Pedro Stédile no XXI
125 Congresso Brasileiro de Economia. O Presidente salientou a importância da diversidade de opiniões
126 dentro do Congresso, quer se concorde ou não com essas opiniões. O Conselheiro Antonio Melki
127 Júnior ressaltou a importância da capilaridade de opiniões e que o economista em questão é um
128 legítimo representante da classe, independentemente de suas posições. O Conselheiro Luiz Alberto
129 de Souza Aranha Machado relatou que o assunto foi amplamente discutido pelo Corecon-SP mas
130 que foi considerado, por fim, que o importante é a pluralidade de ideias. A Conselheira Mônica
131 Beraldo Fabrício da Silva lembrou que o economista já participou de outros eventos do Sistema e o
132 interessante é o debate das ideias, além de ser uma pessoa com projeção na mídia. O Conselheiro
133 Eduardo José Monteiro da Costa considerou a importância do debate ideológico, salientando que
134 quem participar do debate do economista irá ouvir suas opiniões e poderá apresentar os
135 contrapontos. O Conselheiro Jin Whan Oh salientou a importância da pluralidade de opiniões dentro
136 do CBE. O Conselheiro Júlio Flávio Gameiro Miragaya informou que o convite foi proveniente do
137 Corecon-PR, e que o economista é especialista em questão agrária, devendo sua opinião também
138 deve ser contemplada no CBE. - Conselheiro Paulo Salvatore Ponzini informou a iniciativa do
139 Corecon-MS ao firmar convênio com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento
140 Econômico do Estado, que aprova os benefícios e incentivos fiscais, e a partir de agora os
141 economistas e empresas devem estar devidamente registrados no Corecon-MS e será necessária
142 cópia da ART nos processos. - Conselheiro Eduardo José Monteiro da Costa, coordenador da
143 Comissão de Desenvolvimento Regional, informou que haverá na próxima terça-feira reunião no
144 Ministério da Integração. Após a troca da equipe daquele Ministério, ele foi chamado à reunião e
145 aproveitará a oportunidade para tratar da reivindicação do Conselho para ter assento no Comitê
146 Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Com a chancela da presidência, já
147 iniciou tratativas para dar prosseguimento a conversas com a Comissão de Integração Nacional,
148 Desenvolvimento Regional e Amazônia, no âmbito da Câmara dos Deputados, com o objetivo de
149 organizar audiência pública conjunta envolvendo a Comissão e o Conselho Federal de Economia, a
150 fim de discutir a Política Nacional de Desenvolvimento Regional ou o desenvolvimento regional no

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

151 país. - Conselheira Celina Martins Ramalho foi a Santa Catarina com o Conselheiro Luiz Alberto de
152 Souza Aranha Machado visitar duas universidades (Universidade Federal de Santa Catarina e
153 Unisul) que atuam na modalidade de educação à distância, em 16.4.2015. Estavam presentes
154 também a Conselheira Valery Maineri König e o Economista João Rogério Sanson. A Conselheira
155 explicou como se dá o ensino a distância, as dificuldades de implementação e o êxito dos alunos no
156 ENADE, mesmo com o alto nível de abandono que chega a quase a 50%. **3.3.1. Apresentação de
157 proposta para a campanha do dia do economista 2015:** Expositor: Conselheiro Jin Whan Oh. O
158 Conselheiro apresentou a proposta de campanha cujo público alvo são os estudantes universitários e
159 do ensino médio. A ideia é iniciar uma ação permanente e não que se acabe após a comemoração do
160 dia do economista. Tudo estará em volta do “Concurso Economista Júnior - A ideia é interagir de
161 forma lúdica com os adolescentes que cursam o Ensino Médio e que ainda estão refletindo sobre
162 qual profissão irão seguir. A interação acontecerá por meio dos Conselhos Regionais, sob a
163 coordenação do Cofecon, e em formato de Concurso Cultural (Gincana). A participação será
164 espontânea e visa selecionar entre os estudantes aqueles que possuem inclinação para Economia.
165 Cada capital participante convidará até 10 escolas (entre particulares e públicas) a participar de uma
166 competição intitulada Concurso Economista Júnior”. Ciclo de palestras: “A ideia é interagir com o
167 meio acadêmico de forma a estabelecer uma relação de parceria e confiança entre os futuros
168 economistas e o Cofecon. Para isso, foi indicada a realização de um ciclo de palestras em cada uma
169 das capitais do país, organizados pelos Conselhos Regionais, sob a coordenação do Cofecon.
170 Durante este ciclo, intitulado Semana Cofecon de Economia, professores e alunos assistirão a
171 palestras sobre o mercado de trabalho e outros assuntos atuais da profissão. O ciclo poderá ser
172 anualmente repetido. O objetivo é apresentar o Cofecon e desmistificar ruídos sobre a profissão,
173 contribuindo para que o índice de desistência pare de aumentar”. **3.3.2. Apresentação do Manual
174 de Fiscalização do Exercício da Profissão de Economista 2015:** Expositor: Conselheiro Odisnei
175 Antônio Béga. Esse trabalho foi realizado a pedido da diretoria do Cofecon devido ao baixo número
176 de novos registros e alto índice de pedidos de cancelamento. Foi instituída uma comissão composta
177 pela economista do Cofecon, Maria Aparecida Carneiro, e fiscais de diversos Corecons, para
178 confecção do Manual que tem o objetivo de demonstrar a necessidade de fiscalização dos regionais
179 para aumentar o número de registros. O Presidente elogiou o trabalho e considerou que o material
180 poderá servir de base para futuro aprimoramento da legislação sobre fiscalização. **3.3.3. Informes
181 sobre o XXI Congresso Brasileiro de Economia:** Expositora: Conselheira Maria de Fátima
182 Miranda. Foi apresentado vídeo promocional do XXI CBE. A Conselheira informou que 90% da
183 programação do evento está concluída, restando confirmação de apenas 5 palestrantes. O Corecon-
184 PR conseguiu desconto considerável no aluguel da Universidade Positivo, que é um ambiente
185 propício para a realização de eventos, e gerou outros tipos de economia, como aluguel de áudio e
186 vídeo. Existe a possibilidade de aumentar o número de mesas de debates. O Conselheiro Eivaldo
187 Lopes do Vale indagou a expressão “Promoção: Universidade Positivo”. O Conselheiro João
188 Manoel Gonçalves Barbosa questionou quais os patrocinadores do evento. A Conselheira informou
189 que por ora há do Corecon-SP, Corecon-RJ, Qualicorp, Ocepar. Por fim, a Conselheira solicitou o
190 apoio dos Conselheiros para divulgação do evento em seus estados. **4. ORDEM DO DIA:** Antes de
191 iniciar a ordem do dia o Presidente Paulo Dantas da Costa solicitou a inclusão de item de pauta para
192 votar a liberação de auxílio financeiro para o Corecon-PR, em virtude do XXI Congresso Brasileiro
193 de Economia. Em votação, foi aprovado a inclusão do item de pauta. **4.1. Discussão e aprovação
194 da nota do Cofecon sobre o resultado do PIB referente ao 1º trimestre de 2015 e
195 posicionamento sobre a decisão do Copom.** Relator: Vice-Presidente Júlio Flávio Gameiro
196 Miragaya. “A ARMADILHA DOS JUROS: O Conselho Federal de Economia (Cofecon) exorta a
197 diretoria do Banco Central do Brasil, por ocasião da 191ª reunião do Comitê de Política Monetária
198 (Copom), em 2 e 3 de junho próximos, a encerrar a trajetória de aumento da taxa básica de juros
199 (Selic). Esta aumentou nada menos que 6 pontos percentuais nos últimos dois anos, passando de
200 7,25% ao ano em abril de 2013 para 13,25% ao ano em abril de 2015. Embora o argumento do

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

201 Banco Central para o aperto monetário seja a necessidade de reduzir a inflação, deve-se considerar
202 que a elevação recente do nível geral de preços decorreu, em grande medida, da alta de preços
203 administrados, tais como energia elétrica e combustíveis, e dos repasses associados à desvalorização
204 cambial. Deve-se acrescentar que o ambiente recessivo há vários meses, por si só, inibe novo ciclo
205 de aumento de preços. Os efeitos têm sido avassaladores: inibição do investimento privado e do
206 consumo; atração de investimentos para títulos públicos, subtraindo recursos do mercado de
207 capitais; estímulo à entrada de dólares, contribuindo para a apreciação do Real, com sacrifício para
208 a indústria brasileira e para as contas externas do país; elevação dos gastos com juros da dívida
209 pública, inibindo a capacidade de investimento do Estado Brasileiro. Além destes, aumenta a
210 transferência da riqueza em benefício da reduzida parcela de detentores dos títulos públicos. Os
211 gastos com juros da dívida pública saltaram de R\$ 248 bilhões em 2013 para R\$ 311 bilhões em
212 2014. Esse aumento de R\$ 63 bilhões, na prática, anula todo o sacrifício cobrado à nação pelo
213 governo para gerar o superávit primário (R\$ 66 bilhões), inclusive com cortes nos orçamentos de
214 programas do governo (PAC e Fies), aprovação de medidas que implicam em retirada de direitos
215 sociais e elevação da taxa de desemprego. Deve-se ressaltar que a cada aumento de um ponto
216 percentual na taxa Selic, o aumento do gasto com juros da dívida pública corresponde ao dispêndio
217 anual com o Programa Bolsa Família (cerca de R\$ 25 bilhões). Ao concorrer para o
218 aprofundamento da retração econômica, a elevação da taxa básica de juros leva à redução da receita
219 fiscal do governo (queda de 2,71% no 1º quadrimestre), dificultando o alcance da própria meta de
220 superávit primário. Destaque-se que o atual patamar de juros chega a superar a própria expectativa
221 do mercado financeiro. Neste 29 de maio, o IBGE divulgou os dados referentes ao Produto Interno
222 Bruto (PIB) para o 1º trimestre de 2015, com variação de - 0,2% em relação ao 4º trimestre de 2014
223 (e queda de 1,6% em relação ao 1º trimestre de 2014) com desempenhos muito ruins do
224 investimento (FBCF), que teve queda de 1,3% e do consumo das famílias, com queda de 1,5%.
225 Prognóstico do próprio Banco Central já aponta para uma retração da ordem de 1,2% do PIB em
226 2015. O Cofecon mostra preocupação com a condução da política econômica no Brasil,
227 caracterizada por uma visão excessivamente curto-prazista, refém de uma dicotomia entre inflação e
228 crescimento, tendo a taxa Selic, como instrumento primaz de gestão econômica. Isso exclui uma
229 perspectiva mais ousada que contemple uma visão estrutural e de longo prazo, expressa num claro e
230 factível projeto de nação. Por tudo isso, o Cofecon se pronuncia de forma inequívoca contra novas
231 elevações da taxa Selic e pela redução da mesma”. Em votação a nota foi aprovada. Os
232 Conselheiros Fábio José Ferreira da Silva e Róridan Penido Duarte se abstiveram. **4.2. Alteração**
233 **do Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons. Do parcelamento e da arrecadação**
234 **de anuidades em atraso** (Processos: 15.043/2011, 15.293/2011, 15.767/2012, 16.191/2013,
235 16.857/2015). Relator: Conselheiro Róridan Penido Duarte. Sugestão de alteração em dispositivos
236 do manual em discussão, nos seguintes termos: “Art. 1º Alterar os incisos I e III do artigo 19 do
237 Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.853, de 28 de
238 maio de 2011, publicada no DOU 118, de 21 de junho de 2011, Seção 1, página 171, que passam a
239 vigorar com a seguinte redação: “I - o limite máximo de 30 (trinta) parcelas, observado
240 cumulativamente o critério estabelecido no inciso III deste dispositivo, prevalecendo o número
241 menor de parcelas resultantes; II - [...] III - o valor mínimo de cada parcela deverá corresponder ao
242 percentual de 25% (vinte e cinco por cento) da anuidade vigente no exercício de referência da data
243 da consolidação do montante final para efeito do parcelamento; IV - [...]” Em votação a nova
244 redação foi aprovada. **4.3. Alteração do Manual de Procedimentos Administrativos do Sistema**
245 **Cofecon/Corecons. Encontro de Funcionários** (Processos: 14.848/2010, 16.584/2014). Relator:
246 Conselheiro Róridan Penido Duarte. Informou que surgiu como demanda do Encontro de
247 Funcionários do Sistema e diz respeito à periodicidade desse encontro. A solicitação é que o
248 encontro seja anual, assim procede-se a alteração nos seguintes termos: “Art. 1º Alterar o artigo 46
249 do Capítulo VIII do Manual de Procedimentos Administrativos do Sistema Cofecon/Corecons,
250 aprovado pela Resolução nº 1.851/2011, publicada no D.O.U. nº 112, de 13.06.2011, Seção 1,

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

251 páginas 93 e 94, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 46. Os encontros serão
252 realizados anualmente, preferencialmente até o final do primeiro quadrimestre do ano, em local
253 definido pela Presidência do Cofecon, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do
254 Conselho Federal de Economia”. Em votação a proposta foi aprovada. **4.4. Prazo de validade das**
255 **carteiras profissionais dos economistas** (Processo: 16.957/2015). Relator: Presidente Paulo
256 Dantas da Costa. O Presidente procedeu a leitura do voto, informando o resultado da consulta aos
257 outros conselhos profissionais, onde a maioria não atribui prazo à carteira profissional, para que
258 fosse determinado prazo “indeterminado”, de 10 anos ou de 5 anos. Em votação 16 conselheiros
259 votaram pelo prazo indeterminado da carteira profissional, 10 anos e 5 anos não receberam voto. O
260 Conselheiro Antonio Melki Júnior se absteve, pedindo para constar em ata sua posição de que em
261 certos assuntos que têm relação direta com a base, deveria ser realizada consulta aos regionais antes
262 de decisão do plenário. **4.5. Calendário para a realização do processo eleitoral por meio de**
263 **sistema eletrônico. Web voto, referente ao exercício 2015** (Processo 16.813/2014). Relator:
264 Conselheiro Róridan Penido Duarte. O Presidente solicitou “regime de urgência” para a decisão
265 desse item de pauta. Em votação o “regime de urgência” foi aprovado. O Conselheiro Relator
266 apresentou a minuta de resolução e a cartilha que dizem respeito ao sistema de votação pela
267 internet, esclarecendo que será feita posteriormente a normatização para aqueles regionais que não
268 aderiram ao voto eletrônico. Com a palavra o Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosadestacou
269 que não é porta voz do Corecon-RJ, mas informou que o Regional não está aderindo a esse sistema,
270 mas que talvez seja realizado um procedimento autônomo de eleição pela internet, na forma de
271 projeto piloto. Juntamente como kit eleitoral, provavelmente os economistas receberão uma terceira
272 opção que consiste no voto de forma eletrônica por meio de um sistema que está sendo testado e
273 desenvolvido pelo Regional. O Conselheiro Jin Whan Oh questionou o motivo de o Corecon-RJ
274 agir de forma independente, já que o Federal estava procedendo a eleição eletrônica. O Conselheiro
275 João Manoel Gonçalves Barbosa pediu para constar em ata que o Regional do Rio de Janeiro
276 considerou exorbitante o preço apresentado pelo Federal, de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais),
277 para a realização da eleição e que não estava preparado para tal já que não possuíam os e-mails de
278 todos os economistas registrados em condição de voto. Disse ainda que não estava falando como
279 porta voz do Plenário do Conselho Regional de Economia e pediu registro em ata, nos anais, nas
280 gravações, que o Conselho do Rio fará uma eleição piloto para começar a caminhar nesse sentido e
281 que nos próximos 15 ou 20 dias haverá uma definição melhor, visto que há prazos para encaminhar
282 a carta aos economistas daquele estado. Assim sendo, o Conselho do Rio de Janeiro não está
283 negando a opção de voto eletrônico. Salientou que o Corecon-RJ irá cumprir exatamente o que a
284 legislação lhe assegura dentro de sua autonomia e liberdade. A discussão sobre a forma de realizar a
285 eleição eletrônica deverá ser discutida em dois fóruns, um no plenário do Cofecon e outro com o
286 presidente e conselheiros do Corecon-RJ e presidente e conselheiros do Cofecon, para discutir a
287 legalidade ou não desse piloto. Afirmou que se o plenário do Corecon-RJ deliberar que este teste
288 seja executado, o fará de acordo com seus entendimentos jurídicos e políticos e que parece haver até
289 texto para discutir isso. Disse que o Presidente do Cofecon está afirmando que o Conselho do Rio
290 praticará uma ilegalidade ao encaminhar o projeto piloto de eleição eletrônica de forma autônoma e
291 que todas as afirmações estão sendo registradas em ata e em gravação, e que essas afirmações
292 ficarão como alerta àquele Regional, sinalizando que o presidente entende que se for encaminhado
293 o teste, a eleição será ilegal e nula de pleno direito. Pediu registro também de que o Conselho do
294 Rio de Janeiro vai usar de suas “prerrogativas legais”, ditas aqui ilegais, e talvez num entendimento
295 até errado do Rio, vai promover uma eleição esse ano apresentando, quase que certamente, uma
296 terceira alternativa de piloto. O Presidente concordou com as afirmativas e considerou que é ilegal
297 porque existem hoje no regulamento do Cofecon três tipos de eleição: 1. voto presencial; 2. voto por
298 correspondência; e 3. voto eletrônico, podendo haver forma mista de eleição apenas entre os tipos 1
299 e 2. A forma 3 (voto eletrônico) não pode ser conjugada, por isso estará ilegal, mas este assunto
300 compete à escolha do Rio de Janeiro. O Conselheiro Jin Whan Oh não concordou com a

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

301 argumentação apresentada pelo Conselheiro, salientando que todos estavam recebendo a
302 informação como novidade, e que se registrasse em ata sua consternação, pois considerou estranho
303 o processo autônomo desenvolvido por aquele Regional que acarretou falta de cooperação dentro do
304 Sistema e questionou ao Presidente Paulo Dantas se existia a possibilidade de cada regional adquirir
305 seu próprio sistema para a realização da eleição eletrônica. O Presidente considerou que esse tipo de
306 iniciativa tomado pelo Corecon-RJ não está previsto na norma, e que seria interessante sim, fazer o
307 processo de forma conjugada e que o sistema utilizado pelo Corecon for mais acessível, que seja
308 apresentado ao Conselho Federal. O Conselheiro Antonio Melki Júnior lembrou a todos que os
309 conselhos regionais têm autonomia econômico-financeira, e podem realizar suas atividades
310 seguindo algumas normas, desde que não infrinjam legislação maior. Considerou que foi o relator
311 da resolução que previu a possibilidade de voto eletrônico em 2011 e que ao sair do Conselho
312 Federal tinha interesse em participar dos passos seguintes do processo de implementação da eleição
313 eletrônica. Manifestou seu descontentamento, pois não foi informado da continuidade do processo e
314 apenas soube do andamento dos trabalhos quando tomou posse na primeira reunião do ano,
315 observando que há inconsistência no processo e o mesmo se encontra em desacordo com o que diz a
316 legislação, pois verificou que o Termo de Referência conduz como será o processo eleitoral e como
317 será o acesso às informações, constatou que da forma como está o termo de referência, se houver
318 alguma situação conturbada, haverá muitos problemas. O Conselheiro ainda disse que a eleição
319 eletrônica deveria acontecer nesse primeiro ano como um projeto piloto, que consiste na realização
320 a eleição normal e outra concomitante (eletrônica) apenas como teste, não tendo validade seus
321 resultados de apuração. Enxerga que o Federal impôs uma obrigatoriedade aos Regionais que
322 quisessem aderir ao sistema de votação eletrônica, não dando a eles outra alternativa senão a de
323 participar do processo determinado. O Presidente não considerou pertinente as considerações do
324 Conselheiro e pediu para que a Coordenadora de Apoio ao Sistema, Aline Tales Ferreira, explicasse
325 como foi realizada a confecção do edital. Com a palavra a Coordenadora informou como se deram
326 os trabalhos: que o Conselheiro Antonio Eduardo Poleti era o Coordenador da Comissão de
327 Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão na época e trouxe a minuta do
328 Termo de Referência para a Plenária em várias oportunidades; que houve reuniões, muitas vezes
329 conturbadas, tendo em vista a densidade da minuta; que foi enviado ofício circular a todos os
330 regionais solicitando posicionamento quanto à participação ou não no processo eleitoral, com o
331 Termo de Referência em anexo para manifestação; que o Corecon-SP, mesmo não aderindo este
332 ano ao processo eleitoral encaminhou diversas contribuições que foram contempladas devido sua
333 pertinência, e que o mesmo foi apresentado, outra vez, no Encontro de Funcionários do Sistema
334 ocorrido em abril; que a origem dessa minuta veio do Conselho Federal de Administração, o
335 primeiro a implementar as eleições eletrônicas, que tal minuta foi utilizada por outros conselhos
336 como o de Contabilidade, Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, entre outros. O Presidente
337 salientou que a segurança da eleição eletrônica é muito maior e esse fator o motivou a levar em
338 frente o projeto muito solicitado por diversos regionais. O Conselheiro Jin Whan Oh explicou que o
339 Corecon-SP não participará no primeiro ano pois prefere acompanhar como o processo se
340 desenvolve em Corecons menores, para depois implementar no Regional com maior número de
341 economistas. O Conselheiro Antonio Melki Júnior considerou que, se houve alguma ilegalidade,
342 essa partiu do Federal, que desatendeu à legislação, pois a apuração e definição do resultado é
343 atribuição dos conselhos regionais. O Conselheiro Róridan Penido Duarte esclareceu que cada
344 Regional terá sua comissão eleitoral, não o Federal. O Conselheiro Antonio Melki Júnior
345 argumentou que durante o processo eleitoral as pessoas poderão avaliar como está ocorrendo a
346 votação, se há muitas pessoas votando ou não, verificando o comparecimento do eleitor em cada
347 Regional, e que a apuração será realizada por aqueles 3 membros do Federal que possuem a chave
348 de criptografia, logo, que o resultado não seria apurado pelo Regional, complementou dizendo que
349 não entende qual ilegalidade o Regional estará cometendo ao realizar um projeto piloto em
350 separado, visto que a intenção é chegar ao Federal e dizer, fizemos um processo seguro e bem mais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

351 barato, oferecendo-o ao Sistema. O Presidente argumentou que tem sim interesse em conhecer
352 processos mais baratos, e alertou que o Conselho Federal não fará nenhuma eleição, será apenas o
353 executor do processo e realizará a contagem dos votos por meio eletrônico, e que não existe a figura
354 de ligar para os Regionais para dizer que está havendo pouco voto. Com a palavra o Conselheiro
355 Relator procedeu a leitura do voto e em votação a proposta de calendário das eleições eletrônicas foi
356 aprovado. O Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa e Antonio Melki Júnior votaram
357 desfavoravelmente, sendo que este último declarou seu voto nos seguintes termos: “Apesar do
358 objetivo principal da proposta de resolução ser o de definir o cronograma de eventos do processo
359 eleitoral por voto eletrônico, meu voto é contrário à proposta do relator, por entender que tal
360 proposta convalida a Resolução Cofecon 1.922, de 12.12.2014, que definiu os procedimentos do
361 processo eleitoral por voto eletrônico, a qual considero ilegal, pois usurpou competência prevista
362 em lei atribuída aos Conselhos Regionais. Entendo ainda que os procedimentos operacionais
363 previstos para o processo apresentam falhas que podem gerar dúvidas quanto à lisura do pleito
364 eleitoral. E como terceiro motivo pelo meu voto contrário está o custo estimado que está sendo
365 indicado para a implantação, que considero muito elevado, e que será repetido anualmente uma vez
366 o que sistema não será de propriedade do Cofecon”. Em seguida o Presidente indicou grupo de
367 trabalho para acompanhar o processo eleitoral, constituído pelos Conselheiros Róridan Penido
368 Duarte, Paulo Salvatore Ponzini e Jin Whan Oh. Foi aprovado o grupo de trabalho com abstenção
369 dos Conselheiros João Manoel Gonçalves Barbosa e Antonio Melki Júnior. **4.6. Inclusão e
370 detalhamento da atividade de economia solidária dentre as inerentes à profissão de
371 economista, mediante a alteração de tópicos da subseção 2.3.1 do Título II da Consolidação da
372 Legislação da Profissão de Economista** (Processo: 16.984/2015). Relator: Paulo Dantas da Costa.
373 Este assunto foi sugerido na 662ª Sessão Plenária Ampliada do Cofeconpor sugestão dos
374 presidentes dos conselhos regionais, com o intuito de incluir nas atividades do economista a
375 “Economia Solidária”. Tal atividade teve origem no Estado do Amazonas e em reunião realizada no
376 dia 8 de maio estiveram presentes:Presidente Paulo Dantas da Costa (Cofecon), Coordenadora de
377 Apoio ao Sistema Aline Tales Ferreira (Cofecon), Superintendente José Carlos de Godoy Júnior
378 (Cofecon), Presidente Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Corecon-PI), Presidente Maria do
379 Socorro Erculano de Lima (Corecon-TO), Economistas Denise Kassama Franco do Amaral
380 (Corecon-AM), Ricardo Maia da Silva (Corecon-AM) e Marcela Vieira Gonçalves (Corecon-AM).
381 O Relator procedeu a leitura da proposta nos seguintes termos: “Art. 1º Incluir a alínea “v” no
382 elenco de atividades inerentes à profissão de economista, relacionadas no item 2 da subseção 2.3.1.
383 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, com a seguinte redação: “v) atuação no
384 campo da economia solidária, objeto da ação do Conselho Nacional de Economia Solidária, criado
385 pela Lei nº 10.683/2003, em seu artigo 30/XIII, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária,
386 que tem as suas competências expressas no artigo 24 do Decreto nº 4.764/2003”. Art. 2º Incluir o
387 subitem 3.14 da subseção 2.3.1 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, com a
388 seguinte redação: “3.14 A atuação do economista no campo da economia solidária inclui as
389 seguintes atividades: I - elaboração e acompanhamento de projetos para os empreendimentos de
390 economia solidária, objetivando captação de recursos para a sua viabilização, em especial os
391 destinados a investimento fixo, capital giro, capacitação e formação de recursos humanos; II -
392 elaboração e análise de diagnóstico socioeconômico dos empreendimentos de economia solidária,
393 abrangendo a elaboração da metodologia a ser utilizada, ferramentas de trabalho, aplicação, análise
394 dos dados e formatação do relatório final; III - assessoramento aos empreendimentos de economia
395 solidária para captação e aplicação os recursos, buscando desenvolver junto aos beneficiados o
396 plano de ação e utilização dos recursos, o acompanhamento da execução dos projetos e
397 assessoramento no âmbito econômico-financeiro; IV - exame de viabilidade econômica, incluída a
398 análise de propostas de empreendimentos de economia solidária sob a ótica econômico-financeira,
399 através de levantamento de dados, aplicação de formulários, visitas técnicas, permitindo uma
400 melhor avaliação por parte dos executores; V - avaliação de cadeias produtivas solidárias, incluído

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

401 o diagnóstico econômico-financeiro de empreendimentos já implantados, observando aspectos
402 econômicos, financeiros e mercadológicos, verificando toda a cadeia, de modo a identificar as
403 dificuldades e aspectos críticos; VI - avaliação de custos, preços e mercado, incluída a análise de
404 preços praticados pelos empreendimentos solidários, de modo a garantir remuneração igualitária
405 para os beneficiários, sustentabilidade para o empreendimento e preços de comercialização
406 compatíveis com o mercado em que se inserem; VII - assessoramento técnico e apoio na elaboração
407 de políticas públicas de economia solidária, buscando envolver os potenciais beneficiários nas
408 discussões relacionadas com a montagem daquelas políticas públicas; VIII - assessoramento aos
409 conselhos e fóruns de economia solidária no âmbito nacional, regional, estadual e municipal; IX -
410 apoio à constituição e ampliação de redes de comercialização solidária, através assessoramento
411 direto, estudos de viabilidade, de modo a demonstrar as vantagens comparativas deste tipo de
412 iniciativa para os seus participantes; X - apoio às atividades produtivas de comunidades de saberes e
413 culturas tradicionais, como indígenas, ciganos, quilombolas, comunidades rurais, dentre outras,
414 compatibilizando as potencialidades locais com a viabilidade econômica financeira, garantindo
415 renda para os participantes, através da auto gestão”. Em votação, a atividade de “Economia
416 Solidária” foi aprovada. **4.7. XXIV SINCE - Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia.**
417 **Indicação de representante do Cofecon na Comissão Organizadora** (Processo 16.965/2015).
418 Relator: Presidente Paulo Dantas da Costa. O Presidente indicou o Conselheiro Paulo Hermance
419 Paiva por sua atuação junto ao Sistema como também por estar próximo ao Estado do Rio Grande
420 do Norte para representar o Cofecon na organização do XXIV Since que ocorrerá em 2016 em
421 Natal-RN. Em votação a indicação foi aprovada. **4.8. Conciliações judiciais e extrajudiciais no**
422 **Sistema Cofecon/Corecons. III Programa Nacional de Recuperação de Créditos** (Processo:
423 16.855/2015). Relator: Presidente Paulo Dantas da Costa. O Presidente informou que foram
424 recebidos pedidos formais dos Corecons de: MG, DF, RS e PA; e informais de: RO ES MS e AC e
425 considerados os resultados obtidos. O Relator procedeu a leitura da proposta, conforme segue: “Art.
426 1º Prorrogar até 30 de junho de 2015 os efeitos da Resolução nº 1.923, de 30 de janeiro de 2015,
427 publicada no Diário Oficial da União nº 28, de 10 de fevereiro de 2015, Seção 1, página 111, que
428 cria o III Programa Nacional de Recuperação de Créditos do Sistema Cofecon/Corecon”. Após
429 manifestação a favor - devido ao sucesso obtido pelos regionais nas negociações junto aos
430 economistas inadimplentes -, e contra - visto que há continuamente a prorrogação do prazo-, houve
431 aprovação pela prorrogação do programa conforme proposto. **4.9. Item incluso em pauta.**
432 **Liberação de auxílio financeiro para o Corecon-PR, em virtude do XXI Congresso Brasileiro**
433 **de Economia** (Processo: 16.646/2014). Relator: Presidente Paulo Dantas da Costa. O Presidente
434 informou que falta o repasse de R\$ 100.000,00 para o Corecon-PR, em decorrência da realização
435 XXI CBE. Segundo o artigo 1º, inciso I da Deliberação 4.819/2014, o valor do auxílio financeiro é
436 de R\$ 130.000,00 (cem e trinta mil reais), sendo que R\$ 30.000,00 foi concedido antecipadamente
437 em 2014. Ainda não foi estabelecida a data do referido repasse. Em votação o auxílio financeiro de
438 R\$ 100.000,00 ao Corecon-PR foi aprovado. **5. PAUTA COMPLEMENTAR:** **5.1.**
439 **Correspondências:** **5.1.1. Correspondências recebidas e expedidas:** não houve destaque. **6.**
440 **APRECIACÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS:** **6.1. Comissão de**
441 **Tomada de Contas:** Relator: Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa. Homologar os
442 processos relativos à Prestação de Contas. Processo: 16.574/2014 (Corecon-RR), Assunto:
443 Prestação de Contas de 2013; Processo: 16.901/2015 (Corecon-PA), Assunto: Prestação de Contas
444 de 2014; Processo: 16.905/2015 (Corecon-TO), Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo:
445 16.906/2015 (Corecon-PB), Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo: 16.925/2015
446 (Corecon-GO), Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo: 16.926/2015 (Corecon-ES),
447 Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo: 16.927/2015 (Corecon-SP), Assunto: Prestação de
448 Contas de 2014; Processo: 16.932/2015 (Corecon-BA), Assunto: Prestação de Contas de 2014;
449 Processo: 16.937/2015 (Corecon-MA), Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo:
450 16.947/2015 (Corecon-RO), Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo: 16.952/2015

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

451 (Corecon-PR), Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo: 16.968/2015 (Corecon-DF),
452 Assunto: Prestação de Contas de 2014; Processo: 16.969/2015 (Corecon-AL), Assunto: Prestação
453 de Contas de 2014; Processo: 16.970/2015 (Corecon-AC), Assunto: Prestação de Contas de 2014;
454 Processo: 16.972/2015 (Corecon-CE), Assunto: Prestação de Contas de 2014. Homologar os
455 Balancete. Processo: 16.940/2015 (Cofecon), Assunto: Balancete 1º Trimestre 2015; Processo:
456 16.955/2015 (Corecon-MG), Assunto: Balancete 1º Trimestre 2015; Processo: 16.973/2015
457 (Corecon-RS), Assunto: Balancete 1º Trimestre 2015; Processo: 16.975/2015 (Corecon-SC),
458 Assunto: Balancete 1º Trimestre 2015; Processo: 16.976/2015 (Corecon-TO), Assunto: Balancete 1º
459 Trimestre 2014; Processo: 16.978/2015 (Corecon-RN), Assunto: Balancete 1º Trimestre 2015;
460 Processo: 16.979/2015 (Corecon-PB), Assunto: Balancete 1º Trimestre 2015; Processo:
461 16.987/2015 (Corecon-RJ), Assunto: Balancete 1º Trimestre 2015; Processo: 17.000/2015
462 (Corecon-ES), Assunto: Balancete 1º Trimestre 2015; Processo: 16.575/2014 (Corecon-RR),
463 Assunto: Balancete 1º Trimestre 2014; Processo: 16.836/2015 (Corecon-DF), Assunto: Balancete 2º
464 Trimestre 2014; Processo: 16.712/2015 (Corecon-RR), Assunto: Balancete 2º Trimestre 2014;
465 Processo: 16.837/2015 (Corecon-DF), Assunto: Balancete 3º Trimestre 2014. Homologar a
466 Reformulação e Proposta Orçamentária. Processo: 16.939/2015 (Corecon-DF), Assunto:
467 Reformulação Orçamentária 2014; Processo: 16.951/2015 (Corecon-PR), Assunto: Reformulação
468 Orçamentária 2014; Processo: 16.980/2013 (Corecon-AC), Assunto: Reformulação Orçamentária
469 2014; Processo: 16.825/2015 (Corecon-PA), Assunto: Proposta Orçamentária 2015; Processo:
470 16.981/2015 (Corecon-DF), Assunto: Proposta Orçamentária 2015. Homologar de Prestação de
471 Contas de Prêmio de Monografia. Processo: 16.515/2014 (Corecon-RO), Assunto: Prêmio de
472 Monografia. Em votação os processos foram aprovados. **6.2. Comissão de Fiscalização e Registro**
473 **Profissional**: Relator: Conselheiro Odisnei Antônio Béga. Deferir remissão de débitos. Processo:
474 16.731/2014 (Corecon-SP), Interessado: Dauilo Sales Fernandes; Processo: 16.732/2014 (Corecon-
475 SP), Interessado: Adalto Rodrigues; Processo: 16.733/2014 (Corecon-SP), Interessado: Edson
476 Honório; Processo: 16.734/2014 (Corecon-SP), Interessado: Persio Crejonias; Processo:
477 16.768/2014 (Corecon-SP), Interessado: Manoel Camillo de Oliveira Penna Filho; Processo:
478 16.815/2014 (Corecon-SP), Interessado: Sergio Seelaender; Processo: 16.816/2014 (Corecon-SP),
479 Interessado: Moacyr Lourenço; Processo: 16.866/2015 (Corecon-SP), Interessado: YoshitaroOda;
480 Processo: 16.867/2015 (Corecon-SP), Interessado: Danilo Francisco Grassmann; Processo:
481 16.868/2015 (Corecon-SP), Interessado: Francisco Carlos Caballero Colombo; Processo:
482 16.869/2015 (Corecon-SP), Interessado: Napoleão Cândido Machado; Processo: 16.870/2015
483 (Corecon-SP), Interessado: Marco Antonio Pereira da Silva; Processo: 16.873/2015 (Corecon-SP),
484 Interessado: Antonio Mora Marishima; Processo: 16.874/2015 (Corecon-SP), Interessado: Evandro
485 Camilo de Azeredo; Processo: 16.914/2015 (Corecon-SP), Interessado: Carlos José Gonçalves
486 Carinha; Processo: 16.942/2015 (Corecon-SP), Interessado: Lino Deny Steffen; Processo:
487 16.943/2015 (Corecon-SP), Interessado: Aurélio Moreira Junior. Indeferir parcialmente remissão de
488 débitos. Processo: 16.394/2014 (Corecon-RJ), Interessado: Helio Calvano; Processo: 16.558/2014
489 (Corecon-RJ), Interessada: Sandra Mara Slaib Pereira; Processo: 16.559/2014 (Corecon-RJ),
490 Interessado: Roberto Rangel Mangeon; Processo: 16.579/2014 (Corecon-SP), Interessada: A.
491 Coutinho Comissária Ltda. Indeferir remissão de débito. Processo: 16.718/2014 (Corecon-RJ),
492 Interessada: MIS Tecnologia em Sistemas de Informação Ltda. Deferir cancelamento de registro e
493 remissão de débito. Processo: 16.736/2014 (Corecon-AM), Interessado: Fernando Cesar da Silva
494 Câmara. Indeferir recurso de cancelamento de registro. Relator: Conselheiro Paulo Salvatore
495 Ponzini. Processo: 16.672/2014 (Corecon-RJ), Interessado: Rodrigo da Silva Faria. Em votação os
496 processos foram aprovados. **6.3. Comissão de Educação**: Relatora: Conselheira Celina Martins
497 Ramalho. Concede auxílio financeiro. Processo: 16.948/2015 (Corecon-RN), Evento: XV Prêmio
498 RN de Economia/2015, Valor: R\$ 3.456,00; Processo: 16.967/2015 (Comissão Organizadora Toca
499 pro Toca), Evento: XLI Eneco, Valor: R\$ 3.000,00 em passagens aéreas; Processo: 16.646/2014
500 (Corecon-PR), Evento: XXI CBE, Valor: R\$ 100.000,00. Concede auxílio financeiro condicionado

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

501 à regularização do Regional junto ao Cofecon. Processo: 16.954/2015 (Corecon-RR), Evento: IX
502 ENAM, Valor: R\$ 6.500,00; Processo: 16.958/2015 (Corecon-AL), Evento: III Prêmio de Estímulo
503 ao Estudante de Economia, Valor: R\$ 3.630,00. Em votação os auxílios foram aprovados. O
504 Conselheiro Róridan Penido Duarte pediu vista do Processo 16.752/2014 (Corecon-MG) auxílio
505 financeiro ao IV Encontro de Economistas do Sudeste. **6.4. Comissão de Normas, Legislação e**
506 **Ação Parlamentar:** Relator: Conselheiro Antonio Melki Júnior. Homologa regimento interno.
507 Processo: 16.087/2013 (Corecon-SP). Homologa regimento interno com ressalva. Processo:
508 16.864/2015 (Corecon-MG). Não homologa regimento interno. Processo: 14.005/2009 (Corecon-
509 PA). Em votação os processos foram aprovados. **7. OUTROS ASSUNTOS:** O Conselheiro Jin
510 Whan Oh sugeriu seis temas para a confecção da próxima revista, bem como a quantidade de
511 revistas a serem publicadas até o XXI CBE. 1. Concessão de serviço e infra-estrutura; 2. Educação;
512 3. Perspectiva de Brasil X Brics X Mundo; 4. Energia; 5. Saúde; 6. Serviços Públicos. O
513 Conselheiro sugeriu, também, a publicação de uma revista especial sobre o CBE, além da edição
514 convencional. Em votação, os conselheiros vetaram a publicação de uma edição especial, sendo a
515 próxima publicação em agosto sobre o CBE, e a última do ano, em dezembro, sobre infraestrutura.
516 **8. ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, o Presidente do Cofecon, Econ. Paulo
517 Dantas da Costa, agradeceu a presença de todos e às catorze horas deu por encerrados os trabalhos,
518 dos quais eu, Ana Claudia Ramos Pinto, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai
519 assinada por mim e pelo Presidente da Sessão. Brasília-DF, trinta de maio de dois mil e quinze.

520

521

522

523

524

525

ECON. PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente

ANA CLAUDIA RAMOS PINTO
Secretária *ad hoc*